

Constituintes desconhecem os textos que votam

Arquivo 17/5/88

O texto da nova Constituição, que será a base da sociedade brasileira nos próximos anos, não está sendo aprovado com o conhecimento necessário por parte dos constituintes. O ritmo acelerado das votações e em alguns casos o desinteresse e o descuido dos parlamentares fazem com que muitas vezes os constituintes não saibam exatamente em que estão votando, ficando à mercê da orientação das lideranças, que negociam acordos em torno de textos, levados ao conhecimento do plenário na hora das votações.

É comum se ver um parlamentar entrando apressadamente no plenário na hora de uma votação e perguntar para o primeiro colega que encontra: "O que é que estão votando?", ou então "como se vota?". O deputado Fernando Santana (PCB-BA), um dos mais assíduos do plenário e um dos mais conscientes das matérias colocadas em votação, já chegou a fazer a seguinte pergunta ao deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), um dos mais conservadores da Constituinte: "Como é que você vai votar para eu votar ao contrário?"

A pressa, por exemplo, já provocou um dos comportamentos mais curiosos da Constituinte. O senador Albano Franco (PMDB-SE) votou a favor da emenda do deputado Fernando Santana que nacionaliza a comercialização dos derivados do petróleo, na época da Comissão de Sistematização, porque entrou correndo no plenário e votou sem se inteirar do assunto. Albano Franco, que é empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria, foi repreendido pelo deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que lhe passou um pito na hora: "Você sabe o que fez", questionou Dornelles.

Há casos diferentes, porém. O deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP) se recusou a votar o capítulo da Seguridade Social porque não conhecia a emenda de fusão, acertada em uma reunião de lideranças. Segundo ele, o desconhecimento da maioria dos parlamentares — ele acredita que seja em torno de 70% — é freqüente.

A principal causa, na sua avaliação, é que os acordos são acertados na última hora e os textos das emendas não são distribuídos em prazo suficiente para que todos tomem conhecimento da matéria. O deputado conta que nessa mesma votação do capítulo da Seguridade fez uma experiência. Perguntou a 10 parlamentares — ele não quis declinar os nomes por "questão ética" — se sabiam em que estavam votando e a resposta foi não. Todos estavam esperando a orientação de quem participou da reunião em que foi acertado o acordo.

Batalhão de Suez faz lobby

Entre os muitos grupos da sociedade que se organizam para defender seus interesses na Constituinte, durante a votação das Disposições Transitórias da nova Constituição, estão os ex-integrantes do Batalhão Suez, que de 1957 a 1967 participaram da Força de Paz da ONU na Faixa de Gaza, entre Egito e Israel. Eles esperam a aprovação de emenda que lhes proporcionará pensão correspondente ao soldo de 2º tenente e outras vantagens concedidas aos ex-pracinhas da 2ª Guerra Mundial.

O segundo vice-presidente e corregedor da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA) recebeu ofício assinado por cinco deputados pedindo livre trânsito no salão verde e nas galerias, entre os próximos dias 6 e 10, para 50 ex-integrantes da força de Suez, que virão de todo o Brasil

O deputado José Lins (PFL-CE) concorda. "Os acordos fechados na hora da votação impedem que muitos parlamentares tomem um conhecimento mais aprofundado a respeito do que estão votando". Lins acredita ainda que alguns deputados e senadores votam muitas vezes impulsionados "pelas galerias e pelo populismo", sem saberem realmente as conseqüências de seu voto.

O acordo

Luís Eduardo Magalhães, deputado pelo PFL da Bahia e um dos líderes do Centrão, conta que perguntou a 10 parlamentares se sabiam no que estavam votando e todos responderam que não. A votação em questão era sobre o capítulo da Educação. O deputado afirma que a palavra mágica na Constituinte tem sido "o acordo" e assim pelo menos 60% segundo sua avaliação, votam sem conhecer o mérito das emendas.

Um dos casos que ele cita como exemplo é a aprovação da emenda que fixou uma taxa de 12% de juros ao ano para as instituições financeiras. "Muitos desconheciam a eficácia da matéria", afirma.

Situações como essa podem ser vistas praticamente todos os dias no plenário. Na votação do capítulo da Educação, por exemplo, travou-se um diálogo curioso entre o deputado Maguito Vilela (PMDB-GO) e a deputada Lúcia Vânia, também do PMDB de Goiás. Os dois conversavam em um canto do plenário quanto um repórter chegou e perguntou: "O que estão votando?". Maguito respondeu que achava que era alguma coisa de Educação e foi ajudado por Lúcia Vânia que disse: "Acho que é alguma coisa ligada ao ensino religioso".

Cochilo

Nessa confusão nem os mais experientes escapam. Na sessão de sexta-feira, que foi suspensa por falta de quorum, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), uma das mais ativas da Constituinte, chegou a comentar com o deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) que ambos haviam cometido um "cochilo" na votação da seção do projeto que trata da Cultura. Por descuido eles haviam deixado passar um dispositivo permitindo que as verbas do Estado possam ser destinadas às entidades culturais privadas. Os dois parlamentares conhecem bem a matéria, mas, com o ritmo da sessão se descaudaram.

O deputado Plínio Arruda reconhece que muitas vezes ele não sabe em profundidade o que está votando. Segue a orientação do deputado do seu partido que foi designado para tratar do assunto. De acordo com o parlamentar petista, isso também acontece com constituintes de outros partidos. Ele só não acredita que na Assembleia haja algum deputado ou senador totalmente alheio no plenário. (Luís Eduardo Costa)



O ritmo acelerado das votações em plenário obriga muitas vezes os constituintes a votarem sem saber qual é o assunto

Futura Constituição não será duradoura

O envolvimento com a crise política e econômica do País fez com que a parte permanente da futura Constituição — que terá sua votação concluída na terça-feira — trate de assuntos que deverão ser reavaliados a curto prazo, pondo em risco a sua durabilidade. Desde que o presidente José Sarney assinou o decreto convocando a Assembleia Nacional Constituinte, os principais juristas do País, como o senador Afonso Arinos (PFL-RJ), alertaram para esse risco, argumentando que a composição congressual (política) permitiria o envolvimento com os problemas conjunturais. O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que sempre chamou a atenção dos parlamentares para isso, já afirmou duas vezes que a Constituição corre o risco de durar "apenas cinco ou seis anos".

O relator ressalta, no entanto, que muitos princípios avançados fazem parte do texto permanente e, portanto, seriam necessárias pequenas revisões para solucionar o problema. Na sua opinião, esses avanços estariam basicamente no texto dos Direitos e Garantias Individuais onde é estabelecida uma "sociedade democrática" onde o

cidadão tem assegurados todos os direitos fundamentais, além de mecanismos para viabilizar sua aplicação".

Apesar do otimismo do relator, todas as lideranças partidárias já reconhecem que o texto deverá ser revisado logo. Os principais problemas estão nos capítulos dos Direitos Sociais e Educação e no Título da Ordem Econômica — alvo das críticas mais severas. Conservadores e progressistas já se preparam para conseguir modificações, com as supressões que são permitidas no segundo turno, mas novamente a preocupação dessas correntes é política.

No capítulo da Ordem Social, por exemplo, a durabilidade do texto está em jogo pelo excesso de detalhamento que não satisfaz a nenhum dos dois grupos. Férias remuneradas em 1/3 a mais que o salário normal; jornada de 44 horas semanais, pagamento de hora-extra 50% a mais do que a hora normal; e redução da jornada de trabalho para os turnos ininterruptos e de revezamento para seis horas, são alguns dos pontos que — se mantidos após a votação do segundo turno — deverão ser al-

terados por emenda constitucional, pois para os trabalhadores não representam avanços, enquanto que para os empregadores são considerados excessos.

Na Ordem Econômica a nacionalização da mineração, o monopólio estatal do petróleo e a modificação da estrutura financeira do País provocada pela limitação das taxas de juros em 12% ao ano, extinção das cartas patentes e restrição dos bancos privados às atividades financeiras. O ponto mais crítico é a limitação dos juros que além de não ser considerada matéria constitucional, obedece em um regime capitalista, às oscilações de mercado.

O capítulo da Reforma Agrária também poderá ser alvo de modificações. Os proprietários rurais ligados à União Democrática Ruralista (UDR) estão satisfeitos com o texto que proíbe a desapropriação de terras produtivas. Mas o próprio ministro da Reforma Agrária, Jäder Barbalho, confessa que está "apreensivo" em relação à definição de terra produtiva que será estabelecida em legislação ordinária. Dependendo do resultado, menos de 0,4% das propriedades rurais do País serão passíveis de

desapropriação, inviabilizando o Programa Nacional de Reforma Agrária.

O aumento das verbas destinadas à Educação pode parecer, no momento, uma conquista constitucional. Os recursos aplicados pela União aumentam de 13 para 18% do orçamento, enquanto que os Estados e Municípios continuam aplicando 25%. Em termos práticos, no entanto, os recursos destinados à educação não vão aumentar muito, já que, no Capítulo da Tributação, a União perdeu 20% de sua arrecadação. Apesar da arrecadação dos Estados e municípios ter aumentado de 35 para 40 e de 15 para 22% respectivamente, o resultado não é muito satisfatório porque o bolo orçamentário da União é muito maior. Além disso, a fixação desses percentuais em um texto constitucional provoca a necessidade de revisão periódica, já que as políticas de educação são alteradas sistematicamente. Por exemplo, caso o Brasil entre em um ritmo acelerado de desenvolvimento será necessário quase o dobro desses recursos. Os países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos aplicam mais de 30% anualmente em educação.

Arquivo 16/1/88



Senador José Fogaça (RS)

Para Fogaça, mandato só em dez dias

A busca de um acordo que facilite a apreciação rápida das Disposições Transitórias da futura Constituição pode fazer com que a duração do mandato do presidente José Sarney seja decidida daqui a dez dias, aproximadamente. Essa possibilidade foi admitida ontem pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), após uma reunião na casa do deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) em que também participaram os deputados Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, e o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA).

Na saída da reunião, em que foi discutido a mecânica da votação das Disposições Transitórias, o deputado Ulysses Guimarães disse que fará tudo para obter um acordo que facilite a votação da última

parte do texto constitucional.

Ulysses Guimarães acredita que o mandato do presidente José Sarney pode ser votado na quarta-feira, mas o senador Fogaça prevê que a tentativa de acordo possa atrasar essa pretensão do presidente da Constituinte, a menos que a liderança do Centrão e o senador Mário Covas (PMDB-SP) não queiram chegar a um entendimento. Nesse caso iria tudo para o voto.

Estratégia

José Fogaça acha que a estratégia de votação das Disposições Transitórias poderia ser feita da seguinte forma: primeiro se fecharia um acordo sobre o que se deve sair do texto do Centrão, como dispositivo que dá direito adquirido aos marajás e o que não dá direito autoral aos compositores de

músicas sacras, por exemplo; em seguida manter o que é considerado indispensável às Disposições Transitórias, como as eleições municipais este ano, já que na parte permanente da Constituição está determinado que nenhuma lei eleitoral poderá ter menos de 1 ano antes do pleito. O terceiro ponto é manter os acordos já acertados, como a manutenção dos atuais contratos de risco para a exploração do petróleo, que foi proibido na parte permanente da Constituição.

Ulysses Guimarães acha que não haverá nenhum problema se o mandato do presidente for votado enquanto o chefe de Estado estiver nos EUA — Sarney viaja no próximo sábado — e ele tiver exercendo interinamente na Presidência.